

LER PARA EXISTIR: O PAPEL DA LEITURA E DA LITERATURA A PARTIR DE *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Milena Dallabilia Nogueira (UCS)¹
Samira Dall'Agnol (UCS)²

Resumo: Este artigo discute o papel da leitura, da literatura e do leitor na sociedade contemporânea, sustentando que ler é uma forma de existir. A partir das reflexões de Antonio Candido (1988), Arthur Schopenhauer (1993) e Alberto Manguel (2017), e em diálogo com a obra *Quarto de Despejo* (2014), de Carolina Maria de Jesus, propõe-se compreender a leitura como direito humano fundamental, necessidade espiritual e prática de existência. O estudo evidencia que, embora tais perspectivas teóricas ofereçam importantes contribuições para a compreensão da leitura, é na experiência vivida, especialmente em contextos de marginalização, que essas concepções são tensionadas e ressignificadas. Nesse sentido, destaca-se como a literatura pode contribuir para a formação crítica do sujeito, a ampliação da empatia e a resistência simbólica frente à superficialidade das relações contemporâneas. A leitura é, assim, entendida como espaço de liberdade, imaginação e afirmação da humanidade, evidenciando seu papel na produção de visibilidade e existência para sujeitos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: leitura. literatura. formação humana. sociedade.

Abstract: This article discusses the role of reading, literature, and the reader in contemporary society, arguing that reading is a way of existing. Based on the reflections of Antonio Candido (1988), Arthur Schopenhauer (1993), and Alberto Manguel (2017), and in dialogue with the work *Quarto de Despejo* (2014) by Carolina Maria de Jesus, it seeks to understand reading as a fundamental human right, a spiritual necessity, and a practice of existence. The study demonstrates that, although these theoretical perspectives offer important contributions to the understanding of reading, it is in lived experience—especially in contexts of marginalization—that such conceptions are challenged and re-signified. In this sense, the article highlights how literature can contribute to the critical formation of the subject, the expansion of empathy, and symbolic resistance against the superficiality of contemporary social relations. Reading is thus understood as a space of freedom, imagination, and affirmation of humanity, emphasizing its role in producing visibility and existence for historically marginalized subjects.

Keywords: reading. literature. human development. society.

1. Introdução

Em um mundo cada vez mais acelerado, saturado por estímulos visuais incessantes e imerso em uma lógica de consumo imediato de informações, parar para ler um livro pode parecer, para muitos, um luxo raro ou até mesmo uma perda de tempo. A leitura, nesse cenário, é frequentemente relegada a segundo plano, ofuscada pela velocidade das redes sociais, pela

¹ Profa. Milena Dallabilia Nogueira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, millydallabilia1234@gmail.com.

² Profa. Dra. Samira Dall'Agnol, Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, sdagnol@ucs.br.



cultura do entretenimento fugaz e pela fragmentação do pensamento. No entanto, justamente diante dessa realidade marcada pela pressa e pela superficialidade, a leitura — e em especial a leitura literária — revela-se como uma das experiências mais profundas, complexas e transformadoras que um ser humano pode viver. Ler é mais do que decodificar palavras em uma página: é abrir-se ao encontro com outras formas de ver o mundo, entrar em contato com subjetividades diversas, imaginar futuros possíveis e, acima de tudo, refletir sobre si mesmo em relação ao outro e ao tempo em que se vive.

Nesse sentido, a literatura cumpre um papel essencial e insubstituível na formação de sujeitos mais sensíveis, críticos e conscientes de sua própria existência. Ela atua como um espaço simbólico onde se entrelaçam memória, imaginação e linguagem — um território em que é possível reconstruir identidades, questionar normas e elaborar sentidos para a vida. Ao ler, o indivíduo não apenas absorve um conteúdo, mas participa de um processo de construção simbólica que afeta sua visão de mundo e sua relação com os demais. A literatura, portanto, deve ser pensada não como adorno ou privilégio de poucos, mas como uma prática social de grande potência ética, estética e política.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a importância da leitura e do leitor na sociedade contemporânea, partindo da compreensão de que ler é, antes de tudo, uma forma de existir — de afirmar-se como sujeito pensante, sensível e inserido no mundo. Para desenvolver essa discussão, o trabalho se ancora no diálogo entre três perspectivas teóricas centrais: a de Antonio Candido (1988), que concebe a literatura como um direito humano fundamental; a de Arthur Schopenhauer (1993), que problematiza os limites da leitura e defende a necessidade de uma prática reflexiva e seletiva; e a de Alberto Manguel (2017), que interpreta o ato de ler como uma metáfora da própria existência. A partir desse referencial, busca-se analisar de que modo a leitura pode ser compreendida não apenas como prática cultural, mas como experiência formativa, ética e existencial.

Em diálogo com essas perspectivas, o artigo toma como objeto de análise a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, compreendendo-a como expressão concreta da literatura enquanto forma de existência e resistência. Ao articular teoria e análise literária, o trabalho evidencia como a escrita de sujeitos historicamente marginalizados não apenas ilustra, mas tensiona e ressignifica concepções tradicionais de leitura e literatura, ampliando seus sentidos e possibilidades. Para isso, o texto organiza-se em três momentos principais: inicialmente, discute-se a literatura como direito e necessidade humana; em seguida, abordam-



se os limites e as potencialidades da leitura a partir de uma perspectiva crítica; por fim, analisa-se a obra de Carolina Maria de Jesus como materialização dessas reflexões no campo da experiência vivida.

A escolha deste tema justifica-se pela relevância de discutir a leitura como espaço de liberdade, formação humana e elaboração crítica do mundo na contemporaneidade. Em um contexto marcado pela predominância de imagens rápidas e pela dispersão digital, torna-se pertinente reafirmar o papel da palavra escrita e dos livros como instrumentos de transformação individual e coletiva. Nesse cenário, destacam-se a importância da escola pública, das bibliotecas e dos mediadores culturais na promoção do acesso à leitura, contribuindo para que ela se efetive como um direito amplamente garantido, e não como privilégio restrito a determinados grupos sociais.

A metodologia adotada é a de natureza teórica e reflexiva, centrada na leitura crítica dos autores mencionados e no diálogo entre suas ideias e os desafios contemporâneos, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento de uma cultura leitora que valorize a imaginação, a memória e o pensamento. Parte-se da leitura crítica de obras de Candido (1988; 2000; 2002), Schopenhauer (1993) e Manguel (2017) por conta das perspectivas complementares sobre o papel da leitura que oferecem: como direito fundamental, como experiência formativa e como metáfora existencial, respectivamente. Essa aproximação entre os autores permitiu a construção de um referencial que busca contemplar as múltiplas dimensões da prática leitora.

A escolha do objeto de análise — a obra *Quarto de Despejo* (2014), de Carolina Maria de Jesus — justifica-se por sua potência simbólica e política no cenário literário brasileiro. Mais do que representar um diálogo entre literatura, existência e resistência, a obra tensiona e amplia essas dimensões ao evidenciar como a leitura e a escrita se constituem como práticas de elaboração da experiência em contextos de exclusão. Nesse sentido, a seleção do texto de Carolina Maria de Jesus permite compreender como tais práticas não apenas expressam, mas produzem formas de existência e de denúncia, deslocando concepções tradicionais de literatura e leitura.

2. A literatura como direito e necessidade humana

Definir o que é literatura nunca foi tarefa simples. Trata-se de uma forma de expressão que escapa a classificações rígidas, pois transita entre o estético, o político, o simbólico e o cotidiano. Este tópico, ainda que não pretenda esgotar tal definição, busca refletir sobre o papel



da literatura como espaço de criação, resistência e visibilidade. Em especial, interessa compreender como, enquanto ferramenta crítica, nos ajuda a identificar nas obras literárias vozes que muitas vezes seriam ignoradas ou marginalizadas em outras esferas da sociedade. São personagens e narradores que, por sua posição social — mulheres negras, pessoas pobres, moradores de periferias, sujeitos racializados — dificilmente seriam vistos como protagonistas do discurso público. No entanto, é justamente por meio da literatura que essas existências ganham forma, expressam suas dores e resistências, e reivindicam o direito de contar suas próprias histórias. Nesse contexto, a literatura permite revelar a potência presente nessas narrativas, ampliando nossa capacidade de leitura e de escuta.

A literatura é uma forma de arte que permite registrar vivências, despertar empatia e apresentar novos pontos de vista. Mais do que um conjunto de livros ou histórias, ela é o ato de escrever e de deixar marcas que ultrapassam o tempo. Como afirma Barthes (1977, p. 16), trata-se de uma “trapaça salutar”, pois nos permite ouvir uma linguagem livre das regras impostas pelo poder. Em outro momento, o autor a define como “a pergunta menos a resposta” (Barthes, 2003, p. 28), o que evidencia seu caráter provocador e reflexivo. Ao longo da história, a literatura também desempenhou um papel estruturante: segundo Eagleton (2005, p. 58), durante o auge da burguesia europeia, ela contribuiu para moldar formas de pensar e sentir. Para Candido (1988, p. 171), a literatura dá forma e sentido à realidade, ampliando nossa percepção do mundo.

Contudo, é importante lembrar que a literatura não existe isolada: ela está inserida no contexto histórico e cultural de sua produção. Candido (2000, p. 21) enfatiza que a literatura nasce da sociedade e da cultura, sendo inevitavelmente atravessada por elas. Eagleton (2006, p. 31) complementa que sua forma e conteúdo são moldados pelas condições sociais do momento em que é escrita. Bosi (1992, p. 343) aponta sua natureza dual, situada entre o imaginário e o social. Já Candido (2002, p. 79-80) reforça que a literatura oferece um meio de expressão universal, permitindo que compreendamos melhor quem somos. Dessa forma, ela não é um adorno reservado às elites, mas um espelho multifacetado da condição humana — acessível, ou que deveria ser, a todas as pessoas, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural.

Essa concepção se aprofunda em *O direito à literatura* (1988), onde Antonio Candido defende com intensidade que o desfrute da literatura é tão essencial à dignidade humana quanto o acesso à educação, saúde ou moradia. Ao abordar a literatura como um direito humano,



Candido nos obriga a ampliar a compreensão do que significa justiça social. Para ele, é injusto não apenas negar o pão e o remédio, mas também a possibilidade de sonhar, de imaginar outros mundos, de dar sentido à própria existência através da arte. A leitura, nesse sentido, é um dos caminhos mais legítimos de encontro com o outro, de cultivo da empatia e de formação da sensibilidade. Ela nos torna mais atentos à dor alheia, mais dispostos à escuta, mais conscientes das estruturas que sustentam a exclusão e a desigualdade.

No início do ensaio, o autor afirma que o tema dos direitos humanos, apesar de parecer “meio desligado dos problemas reais” (Candido, 1988, p. 169), está profundamente enraizado na cultura. Ao criticar a contradição da modernidade — que oferece conforto e avanço técnico para poucos, ao mesmo tempo em que mantém a miséria para muitos — Candido denuncia o caráter seletivo da distribuição da sensibilidade. Temos meios técnicos para resolver problemas estruturais, mas não temos, enquanto sociedade, o compromisso ético de resolvê-los. Nesse vácuo de solidariedade, a literatura surge como gesto de resistência. Ela incomoda, expõe feridas, rompe silêncios e, sobretudo, educa a imaginação ética: “um traço sinistro do nosso tempo é saber que é possível a solução de tantos problemas e no entanto não se empenhar nela” (Candido, 1988, p. 170).

Quando se reconhece a literatura como um direito humano fundamental, é imprescindível questionar: quem garantirá esse direito e para quem? A leitura não se concretiza apenas como um desejo individual, mas depende infelizmente de condições materiais, simbólicas e institucionais para se realizar. Nesse sentido, a escola pública, as bibliotecas e os projetos de mediação literária assumem um papel central no intuito de democratizar e acessibilizar o livro e a leitura. No Brasil, onde as desigualdades estruturais limitam dramaticamente o acesso à educação e aos bens culturais, compreender a leitura como um direito fundamental exige defender o fortalecimento dos espaços coletivos que possam promover tais movimentos. Especialmente a escola precisa promover e cultivar o gosto pela leitura, ampliando repertórios e abrindo espaço para as mais diversas vozes – inclusive aquelas como a de Carolina Maria de Jesus, que falam das margens como potência literária.

Por esse viés, a mediação de leitura toma contornos de prática política e pedagógica. Não é suficiente dispor de livros, é necessário criar vínculos e experiências de leitura significativas. Projetos como clubes de leitura, rodas literárias, oficinas de leitura e escrita são ferramentas basilares para criar laços positivos entre textos e leitores, bem como para minimizar o silenciamento de narrativas por muito tempo marginalizadas. Bibliotecas comunitárias bem





cuidadas podem se transformar em espaços de resistência simbólica e de formação cidadã. Garantir o direito à literatura passa, portanto, por políticas públicas que valorizem o trabalho dos professores, que invistam em acervos plurais e que reconheçam o mediador como figura central entre o livro e o leitor. Assim, a leitura se afirma como prática coletiva de liberdade, transformação e justiça social.

Candido também destaca a hipocrisia do nosso tempo, que finge não ver a desigualdade, mas já não consegue justificá-la com tanta naturalidade. Nesse ponto, a literatura opera como um espelho invertido: ela devolve à sociedade as imagens que preferimos ignorar. Através da ficção, do diário, do conto ou do romance, realidades muitas vezes silenciadas ganham contorno e presença. A literatura, ao dar voz ao outro — especialmente àquele outro historicamente calado ou distorcido — realiza sua função humanizadora em sua plenitude. A literatura nos torna melhores, mais ricos interiormente, mais compreensivos, mais abertos ao outro.

Ao defender que a literatura não é um luxo, mas uma necessidade, Antonio Candido nos convoca a repensar nossas prioridades como sociedade. Garantir o acesso à leitura e à fruição literária é garantir a plenitude da experiência humana. Ler, portanto, não é apenas um gesto cultural ou intelectual: é uma forma de existir no mundo com mais dignidade, de construir sentido em meio ao caos, e de afirmar que todas as vidas, mesmo as mais vulneráveis, merecem ser narradas — e, sobretudo, lidas.

3. A leitura e seus limites

Arthur Schopenhauer (1993), em sua obra *Sobre livros e leitura*, oferece uma perspectiva crítica e profunda acerca do ato de ler e de seus efeitos sobre o espírito humano. Para ele, a leitura, se não praticada com reflexão e criticidade, pode tornar-se um exercício passivo, no qual simplesmente “outra pessoa pensa por nós: só repetimos seu processo mental” (Schopenhauer, 1993, p. 1). Essa passagem destaca uma preocupação central de Schopenhauer: o risco de a leitura transformar-se em mero ato mecânico, no qual o leitor abdica do seu próprio pensamento, limitando-se a acompanhar as ideias alheias sem questioná-las, confrontá-las ou integrá-las ao seu raciocínio. Ele compara esse processo ao aprendizado infantil da escrita, quando o aluno copia as letras do professor traçando as linhas já feitas — um procedimento necessário no início, mas que, se não evoluir para a autonomia intelectual, restringe o crescimento do pensamento crítico.

A crítica de Schopenhauer ganha ainda mais força ao alertar sobre o perigo do excesso



de leitura. Assim como um trabalho manual contínuo pode exaurir o corpo, a leitura indiscriminada e não reflexiva pode “paralisar o espírito”. O excesso de livros e informações, especialmente aqueles de qualidade duvidosa, acaba saturando a mente a ponto de impedir a assimilação verdadeira dos conteúdos. O autor usa a metáfora do “quadro negro, no qual muitas coisas foram escritas umas sobre as outras” para ilustrar essa sobrecarga intelectual, que prejudica a clareza e o aprofundamento. Para Schopenhauer, a leitura não se completa com o simples ato de passar os olhos pelas palavras; é necessária uma “digestão” do conteúdo, um processo de reflexão e ruminação que permite internalizar as ideias e conectá-las ao próprio pensamento. Ele compara esse processo ao da alimentação: “a comida não nos nutre pelo comer, mas pela digestão” (Schopenhauer, 1993, p. 1), mostrando que o verdadeiro benefício da leitura está na meditação posterior, na absorção crítica que transforma conhecimento em sabedoria.

Outro ponto fundamental na obra de Schopenhauer (1993) é a defesa da leitura seletiva. Ele sustenta que é preciso aprender a “arte de não ler”, ou seja, a recusar o excesso de livros supérfluos que inundam o mercado editorial e que, segundo ele, atuam como um “veneno intelectual”, capaz de contaminar e enfraquecer o espírito. Para Schopenhauer (1993), grande parte da produção literária contemporânea visa unicamente ao lucro ou à criação de empregos, sem necessariamente cumprir um papel educativo, formador ou elevador do espírito humano. Essa crítica denuncia a mercantilização da cultura e alerta para o risco de que o leitor se perca em uma enxurrada de leituras superficiais, sem foco, sem profundidade, o que acaba prejudicando seu desenvolvimento intelectual. Ele lamenta que o público, seduzido pelo imediatismo e pela novidade, privilegie as últimas publicações passageiras em detrimento das obras dos grandes pensadores e escritores, aquelas que representam verdadeiros educadores do espírito ao longo dos tempos.

Para concluir sua reflexão, Schopenhauer (1993) destaca que o verdadeiro leitor deve valorizar a qualidade em detrimento da quantidade: “Os ruins nunca lemos de menos e os bons nunca relemos demais” (1993, p. 3). Essa máxima sintetiza seu pensamento acerca do desenvolvimento intelectual autêntico, que não está na acumulação desenfreada de livros, mas na relação profunda e repetida com obras significativas. Só assim a leitura pode cumprir sua função de despertar e fortalecer nossos dons naturais, evitando que nos tornemos imitadores superficiais e mecânicos. Em última análise, para Schopenhauer, a leitura consciente é uma prática que exige disciplina, reflexão e rigor, sendo um caminho para o aperfeiçoamento do espírito e para a liberdade intelectual.



É interessante destacar que no início de sua obra, Schopenhauer (1993) argumenta sobre a relação entre ignorância, condição social e responsabilidade individual, revelando como o acesso ao conhecimento e à reflexão depende não apenas das circunstâncias materiais, mas também da postura ativa do sujeito diante do saber:

A ignorância só degrada a pessoa quando é acompanhada de riqueza. O pobre é limitado por sua pobreza e por suas necessidades; no seu caso o trabalho substitui o saber e ocupa seus pensamentos. Por outro lado, os ricos que são ignorantes vivem apenas para seus prazeres e se parecem ao gado, como podemos notar diariamente. Isto é ainda mais censurável porque não usaram a riqueza e o ócio para aquilo que lhes empresta o mais alto valor (Schopenhauer, 1993, p. 1).

Essa reflexão evidencia uma distinção importante no pensamento do autor: enquanto a ignorância do sujeito em condição de pobreza é compreendida como resultado de limitações estruturais, a ignorância daquele que dispõe de tempo e recursos é vista como uma escolha, e, portanto, como falha ética. Ao destacar o papel do ócio e da riqueza como condições favoráveis ao cultivo do saber, Schopenhauer atribui à leitura e à reflexão um valor formativo que depende não apenas do acesso, mas do uso consciente dessas possibilidades. Nesse sentido, sua crítica aponta para o desperdício de privilégios quando o tempo disponível não é investido no desenvolvimento intelectual, reforçando a ideia de que a leitura exige uma disposição ativa do sujeito.

Entretanto, essa perspectiva também revela um limite importante: ao enfatizar a responsabilidade individual, o autor tende a desconsiderar as desigualdades estruturais que condicionam o acesso à cultura e ao conhecimento. Tal tensionamento torna-se particularmente relevante quando colocado em diálogo com experiências como a de Carolina Maria de Jesus, cuja trajetória evidencia que, mesmo em contextos de extrema precariedade, a leitura e a escrita podem emergir como práticas de resistência e elaboração da existência. Dessa forma, a reflexão de Schopenhauer, ao mesmo tempo em que valoriza a autonomia intelectual, abre espaço para problematizações acerca dos limites sociais que atravessam o ato de ler.

4. O leitor como metáfora

Ao longo de *O leitor como metáfora*, Alberto Manguel (2017) propõe uma série de imagens arquetípicas para representar o leitor — dentre elas, o viajante, a torre e a traça — que, juntas, revelam as múltiplas dimensões e complexidades do ato de ler. Longe de ser um simples gesto passivo, a leitura é apresentada como um movimento existencial e simbólico, uma experiência que ultrapassa a decodificação mecânica de signos para se transformar numa reconstrução constante da realidade dentro da subjetividade do leitor. Nesse sentido, o leitor

Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, vol. 18 n° 01 (2025): e13956

ISSN: 2358-8403

<https://doi.org/10.30681/real.v18i01.13956>



não é apenas um receptor do texto, mas um criador ativo de sentidos, um intérprete que habita o mundo e a si mesmo por meio da linguagem. Para Manguel, ler é, portanto, mais do que entender palavras: é uma verdadeira metáfora do viver, da condição humana e do processo de construção identitária.

A metáfora do leitor-viajante simboliza a leitura como deslocamento e travessia, evocando a jornada pela qual o leitor se aventura por territórios invisíveis da imaginação e da memória. Desde a Antiguidade, com heróis como Gilgamesh, até as grandes obras medievais, como a *Divina Comédia* de Dante, a leitura é entendida como uma peregrinação entre tempos, espaços e significados diversos. O leitor se desloca pelas páginas do livro como se atravessasse reinos, não apenas geográficos, mas simbólicos e temporais, mergulhando em outras realidades e outras consciências. Contudo, ao contrário do viajante comum, esse leitor retorna, revisita, associa e recria continuamente os sentidos, em um movimento dinâmico e contínuo de interpretação e reinterpretação. É nessa dinâmica que a leitura se aproxima da própria existência humana, marcada pela tentativa incessante de encontrar sentido no fluxo do tempo e na experiência vivida. Para Manguel, se na Idade Média o livro era concebido como instrumento de purificação da alma, atualmente ele continua oferecendo a possibilidade simbólica de um reencontro com aquilo que resiste ao esquecimento, com o essencial que transcende a efemeridade da vida.

Outra imagem potente que Manguel traz é a da torre de marfim, representando o leitor solitário, que se recolhe no silêncio do livro para escapar do ruído, da pressa e da superficialidade do mundo exterior. Essa metáfora resgata a figura clássica do leitor como aquele que encontra na leitura um espaço de reflexão íntima e diálogo consigo mesmo. Montaigne, com sua célebre biblioteca circular, é talvez o emblema máximo dessa figura: um leitor que se deixa afetar pelas múltiplas vozes dos autores, e que encontra no recolhimento literário uma forma de resistência cultural e existencial. Para Manguel (2017), esse isolamento não significa isolamento do mundo, mas, ao contrário, um gesto político de reapropriação do tempo e da interioridade em um contexto social que privilegia o imediatismo e a conexão constante. A biblioteca, então, transforma-se num espaço simbólico de liberdade e memória, onde a experiência individual do leitor se entrelaça com a memória coletiva da humanidade, e onde se constrói uma identidade que emerge do diálogo entre vida e leitura.

Por fim, a metáfora da traça é uma imagem carregada de ironia e paixão, representando o leitor devorado pela própria obsessão pela leitura. Essa figura, descrita por Manguel como





“literalmente feita de texto impresso” (p. 109), sugere o leitor compulsivo que se funde ao texto a ponto de ser consumido por ele. Embora essa imagem pareça extrema, ela revela uma ambiguidade essencial da experiência leitora: o leitor sabe que o que lê é ficção, criação, construção, mas deseja que a ficção ultrapasse a realidade, que sua verdade simbolicamente seja mais profunda que o mundo sensível. É nesse “laço duplo” entre a consciência da artificialidade da narrativa e a vontade de se deixar envolver por ela que reside toda a potência da literatura, como instância de transcendência e sentido.

Dessa forma, o leitor, nas múltiplas metáforas de Manguel, é símbolo de um sujeito que interpreta o mundo e se reinventa a partir da linguagem. Em consonância com autores como Antonio Candido (1988), que defende a literatura como uma necessidade humana fundamental, e Arthur Schopenhauer (1993), que reconhece nos livros uma forma de escapar da brutalidade e da banalidade da vida cotidiana, Manguel (2017) amplia nossa compreensão da leitura como ato de existência plena. O leitor existe enquanto lê: forma memória, constrói identidade, habita simbolicamente o mundo e a si mesmo. Ler é, assim, mais do que um hábito ou um entretenimento: é uma forma de ser no tempo, com os outros e consigo mesmo.

5. A literatura como existência em *Quarto de Despejo*

O diário de Carolina Maria de Jesus (2014), publicado sob o título *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, constitui um testemunho singular do poder da literatura enquanto expressão máxima da existência, resistência e humanidade em contextos de profunda desigualdade social. Ao registrar em palavras suas vivências cotidianas na favela do Canindé, em São Paulo, Carolina não apenas relata as agruras da fome, o peso do racismo e as marcas da exclusão social, mas também reivindica para si o direito fundamental à palavra e à representação. Esse gesto de escrever, que para muitos seria apenas um ato íntimo, transforma-se em ato político e ético, reafirmando sua condição como sujeito pleno, que não se rende à invisibilidade social. Como observa Antonio Candido (1988), esse ato de escrita é, em si mesmo, um poderoso processo de humanização e de resistência, pois a literatura se apresenta como um espaço de existência para aqueles que foram historicamente silenciados.

Na perspectiva do autor de *O direito à literatura*, a literatura cumpre uma função essencial e indispensável para a constituição do indivíduo: ela organiza e dá forma à experiência vivida, permitindo a transcendência da brutalidade do real e oferecendo possibilidades de sentido que vão além das circunstâncias materiais. Carolina Maria de Jesus (2014), ao escrever



seus relatos em pedaços de papel encontrados no lixo, realiza uma transformação profunda: a precariedade torna-se linguagem, a dor concreta converte-se em relato articulado, e o silêncio imposto pela marginalização transforma-se em voz potente. Seu diário, portanto, não é um mero inventário da miséria ou da violência social, mas antes um espaço de elaboração simbólica, onde se preserva a dignidade frente à desumanização estrutural que marca a favela. Ao narrar seus dias e experiências, a autora escapa à condição de invisibilidade social, afirmando-se tanto como leitora quanto como escritora, mesmo estando à margem dos cânones literários tradicionais.

Essa dimensão da escrita de Carolina Maria de Jesus pode ser ainda iluminada pela crítica de Arthur Schopenhauer (1993) sobre a passividade da leitura e o valor inestimável do pensamento autônomo. *Quarto de Despejo* não surge como uma mera repetição ou reprodução de ideias alheias: é o fruto de uma vivência profunda, pensada e sentida, que se converte em texto com uma lucidez marcante e incomum. Enquanto Schopenhauer valoriza o leitor que reflete e seleciona com rigor o que consome, Carolina Maria de Jesus ultrapassa essa condição ao ser também autora do que vive — sua obra nasce da experiência direta e carrega a autenticidade e a autonomia intelectual que o filósofo considerava essenciais para os grandes espíritos. Ao fazê-lo, sua escrita desafia e rompe a noção elitista de que o saber legítimo é exclusivo das elites culturais e intelectuais, demonstrando que o saber pode emergir da vivência e da resistência das classes populares.

Além disso, a leitura de *Quarto de Despejo* sob o prisma de Alberto Manguel (2017) permite interpretar Carolina Maria de Jesus como uma figura emblemática do que o autor denomina “o leitor como metáfora”. Ainda que mais conhecida como escritora, sua relação com a leitura e com a linguagem é central para a compreensão de sua obra. Ela lia tudo o que encontrava, utilizava a leitura como fonte de conhecimento e resistência, escrevia o que vivia, e, acima de tudo, transformava essa experiência em matéria simbólica. É possível reconhecê-la como uma leitora-viajante, que atravessa o mundo das letras em busca de sentido; como leitora-torre, que se recolhe na interioridade diante da exclusão social; e até como uma “traça”, devoradora de palavras, cujo apetite por textos é um gesto de sobrevivência e afirmação da própria existência.

A escrita de Carolina Maria de Jesus exemplifica, dessa maneira, a potência ética e existencial da literatura. Sua obra não se reduz a uma denúncia social, ainda que essa dimensão esteja presente, mas se configura como um verdadeiro exercício de humanidade, onde a



literatura torna-se um meio de afirmar dignidade, construir memória e resistir ao apagamento. Ler *Quarto de Despejo* é reconhecer na literatura aquilo que Candido (1988) identifica como o direito à fabulação, a capacidade de imaginar e narrar a vida; o que Schopenhauer (1993) entende como alimento espiritual, indispensável para nutrir o pensamento e a sensibilidade; e o que Manguel (2017) enfatiza como a possibilidade de se habitar simbolicamente o mundo, de construir identidade e existir para além das limitações do presente material. Trata-se, portanto, de uma obra que nasce da urgência e da escassez, mas que revela uma abundância singular de sentido, sensibilidade e resistência humana.

6. A leitura como vivência a partir de Carolina Maria de Jesus

Ao longo deste artigo, discutiram-se diferentes concepções de leitura a partir de perspectivas teóricas que a compreendem como direito, prática reflexiva e metáfora da existência. No entanto, tais abordagens nem sempre consideram de forma concreta como essas dimensões se manifestam em contextos de marginalização social. Nesse sentido, esta seção propõe uma leitura da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, não com o objetivo de enquadrá-la rigidamente em categorias teóricas pré-estabelecidas, mas de compreender como sua escrita tensiona, amplia e ressignifica essas concepções de leitura a partir da experiência vivida.

Embora, num primeiro olhar, o pensamento de Schopenhauer (1993) e a escrita de Carolina Maria de Jesus pertençam a esferas completamente distintas – o primeiro, um filósofo alemão do século XIX, homem e branco; a segunda, uma escritora autodidata de um diário visceral no século XX, mulher, brasileira e negra – aproximá-los permite evidenciar fricções que enriquecem a análise da leitura como experiência de existência.

Schopenhauer (1993) defende com veemência a leitura crítica, reflexiva, seletiva, voltada para a formação de um espírito elevado, capaz de discernir e resistir à superficialidade do que chama de “veneno intelectual” oferecido por livros de baixa qualidade linguística e/ou literária. O autor expressa uma visão hierárquica do saber e da cultura, que reserva à elite intelectual o direito legítimo à produção e à fruição do pensamento profundo, bem como da literatura como forma de expressão estética. Esse modo de pensar, embora importante por valorizar a autonomia do leitor, exclui ou invisibiliza outras formas de saber e de produção intelectual que não sejam avaliadas por critérios formais ou acadêmicos.

É precisamente nesse ponto que o texto de Carolina Maria de Jesus tensiona a lógica



elitista do filósofo. Sua escrita, fruto de vivências reais, agrega sujeitos marginalizados do campo literário e inaugura uma forma de criação intelectual oriunda da urgência e da escassez. Se, por um lado, Schopenhauer (1993) reitera que o excesso da leitura sem reflexão leva à passividade do espírito, por outro lado, Carolina Maria de Jesus apresenta uma escrita que elabora simbolicamente a própria dor e narra a realidade com clareza e densidade.

Essa convergência ganha força e concretude na escrita de Carolina Maria de Jesus (2014). Seu diário, publicado com o título *Quarto de Despejo*, é um exemplo vivo de como a literatura pode ser instrumento de afirmação do eu, de denúncia social e de resistência. Ao registrar o cotidiano da favela, Carolina Maria de Jesus não apenas revela a brutalidade da miséria, mas também inscreve sua própria voz num espaço que historicamente silenciou sujeitos como ela: mulher, negra, pobre e periférica.

Quarto de Despejo representa uma voz interseccional. Carolina Maria de Jesus (1914–1977) foi catadora de papel, escritora e cronista social, que com apenas dois anos de escolarização, expôs o cotidiano de exclusão, fome e racismo na favela do Canindé. Publicado em 1960 com a ajuda de Audálio Dantas, o livro teve reconhecimento internacional, mesmo que Carolina tenha sido apagada da memória literária nacional. Ao narrar: “Já faz tanto tempo que estou no mundo que estou enjoando de viver. Também, com a fome que eu passo, quem é que pode viver contente?” (Jesus, 2014, p. 106), ela evidencia a sobreposição de opressões. Ao dizer “A favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (p. 169), evoca o abandono estrutural. Sua escrita torna-se resistência: “Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados” (p. 170), ao mesmo tempo que expõe as rachaduras do discurso oficial e institucional.

A obra se inicia com uma anotação datada de 15 de julho de 1955, marcando o aniversário da filha da autora. Esse primeiro relato já apresenta o tom que será mantido ao longo do diário: registros cotidianos que expõem com crueza a pobreza extrema, os esforços de sobrevivência e a sensibilidade de quem escreve entre a fome e o cuidado com os filhos. Cada entrada se organiza a partir de uma data específica, acompanhada de fragmentos do dia, como no trecho a seguir:

15 DE JULHO DE 1955 — Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo.





E o dinheiro acabou-se. Passei o dia indisposta. Percebi que estava resfriada. A noite o peito doía-me. Comecei a tossir. Resolvi não sair à noite para catar papel. Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluíu-se. Ele estava no núcleo. Deilhe uns tapas e em cinco minutos ele chegou em casa. Ablui as crianças, aleitei-as e abluime e aleiteime. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Ele não veio. Tomei um Melhoral e deiteime novamente. Quando despertei o astro rei deslizava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: — Vai buscar água, mamãe! (Jesus, 2014, p. 11).

Os estudos acadêmicos reforçam que sua escrita dialoga com a literatura marginal, de denúncia e de legitimação do sujeito marginalizado. O artigo *A literatura da vida real em “quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus* da Universidade Federal De Alagoas (UFAL) mostra como o diário, escrito em linguagem coloquial e oral, preserva a autenticidade da fala da favela — uma escrita íntima e carregada de denúncia. Já o estudo *A favela aos olhos de uma “favelada”: representação do espaço e legitimação do discurso na obra Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) destaca as estratégias de legitimação de Carolina num campo literário excludente, conforme Bourdieu e Bell Hooks, em que ela reivindica o direito de falar na primeira pessoa sobre sua própria vida.

A última entrada de *Quarto de despejo* carrega um forte simbolismo de encerramento. Mesmo ao fim de um ano marcado por privações e sofrimento, Carolina Maria de Jesus segue sua rotina de trabalho e cuidado com os filhos. A estrutura permanece a mesma: data, relato objetivo dos acontecimentos do dia, reflexões breves. A virada do ano é narrada sem glamour, mas com um desejo claro de renovação. A autora se despede de 1959 com um misto de exaustão e esperança, expressando a dor vivida e a expectativa por dias melhores:

31 DE DEZEMBRO ...Levantei as 3 e meia e fui carregar água. Despertei os filhos, eles tomaram café. Saimos. O João foi catando papel porque quer dinheiro para ir no cinema. Que suplicio carregar 3 sacos de papéis. Ganhamos 80 cruzeiros. Dei 30 ao João. ...Eu fui fazer compras, porque amanhã é dia de Ano. Comprei arroz, sabão, querosene e açúcar. O João e a Vera deitaram-se. Eu fiquei escrevendo. O sono surgiu, eu adormeci. Despertei com o apito da Gazeta anunciando o Ano Novo. Pensei nas corridas e no Manoel de Faria. Pedi a Deus para ele ganhar a corrida. Pedi para abençoar o Brasil. Espero que 1960 seja melhor do que 1959. Sofremos tanto no 1959, que dá para a gente dizer: Vai, vai mesmo! Eu não quero você mais. Nunca mais! 1 DE JANEIRO DE 1960 Levantei as 5 horas e fui carregar água (Jesus, 2014, p. 166).

Nesse sentido, sua escrita materializa as ideias de Candido, Schopenhauer e Manguel. Quando Candido (1988) afirma que a literatura humaniza e reconhece a dignidade de todos, a figura de Carolina escrevendo à luz de velas com folhas de caderno recicladas ilustra a dimensão ética e estética desse direito. Se Manguel (2017) defende o leitor como sujeito ativo na criação de sentidos, Carolina encarna essa postura desde a leitura e reconstrução de sua própria história. E, à luz de Schopenhauer (1993), sua obra é um pensamento moldado pela experiência — uma leitura da vida transformada em escrita lúcida e com vigor crítico.



A escrita da autora brasileira não busca beleza na forma ou prestígio literário; ela escreve porque precisa existir por meio da linguagem, porque precisa dizer. Nesse gesto, Carolina Maria de Jesus oferece uma forma de pensamento que Arthur Schopenhauer (1993) revelou desejar da leitura: lucidez, originalidade e criticidade. No entanto, a autora elabora seu texto à margem do saber acadêmico, institucionalizado, abrindo caminho para uma outra possibilidade de ser leitor, plural e inclusiva, atenta à experiência vivida como lugar legítimo de produção de sentido, aproximando-se, assim, da ideia de Manguel (2017), pela qual o leitor é um protagonista de sentidos, bem como aos apontamentos de Candido (1988), que reitera a legitimidade da literatura como um direito humano fundamental.

O encontro desses autores, longe de ser complementar, é profundamente tensionado. Com sua escrita, Carolina Maria de Jesus denuncia que não é a origem social ou a formação acadêmica que determinam a legitimidade de uma leitura crítica e potente e coloca, assim, especialmente Schopenhauer (1993) em perspectiva, já que a escrita da autora brasileira é a prova de que há literatura e originalidade onde muitos não enxergam sequer linguagem.

Além disso, pesquisas sobre educação e visibilidade social mostram que Carolina, que frequentou escola por apenas dois anos, viveu exclusão educacional, mas sua escrita reelabora esse percurso como potência: o livro funciona como espaço de produção de conhecimento e autoconhecimento — uma educação não institucional, mas potente em transformação. Há, ainda, um componente de gênero e resistência: mulher negra que desafia a ordem social por meio da escrita, rompendo com o discurso hegemônico.

Assim, o diálogo entre esses autores e a escritora não apenas enriquece a compreensão do papel da leitura e da literatura, como também desafia os limites entre teoria e prática, entre filosofia e experiência vivida. Carolina Maria de Jesus, ao escrever, também lê o mundo à sua maneira — e nos convida, com força e urgência, a fazer o mesmo. A escrita dela é “linguagem revoltada”, repleta de potência existencial, e evidencia que ler e escrever são, para os subalternizados, formas de resistência, identidade e transformação — exatamente o que os três teóricos nos ensinaram a respeito da leitura como ato de existência.

7. Considerações finais

A partir da análise das reflexões de Antonio Candido (1988), Arthur Schopenhauer (1993), Alberto Manguel (2017) e da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2014), evidencia-se que a leitura, mais do que uma simples atividade intelectual, acadêmica



ou estética, configura-se como uma experiência existencial profunda, entrelaçada à própria condição humana e aos modos de resistência diante da exclusão, da violência simbólica e da desigualdade. Trata-se de uma prática que transcende o ato técnico de decodificar palavras: ler implica viver, lembrar, imaginar e, muitas vezes, sobreviver.

Nesse sentido, Candido (1988) defende que a literatura deve ser compreendida como um direito humano fundamental, comparável aos direitos à saúde, à educação e à moradia. Para ele, a leitura tem o poder de humanizar, de ampliar a empatia e de despertar a capacidade de compreensão, permitindo que o leitor se reconheça no outro e, ao mesmo tempo, entenda a diversidade das experiências humanas. Já Schopenhauer (1993), com sua perspectiva filosófica mais crítica, alerta para a necessidade de uma leitura consciente, pautada na reflexão e na seletividade, ou seja, uma leitura que não se deixe dominar pela quantidade, mas que busque qualidade e profundidade no contato com os textos.

Alberto Manguel (2017), por sua vez, oferece uma visão simbólica e poética do leitor como alguém que constroi sentidos, que reinventa o mundo a partir das histórias que lê e relê. O leitor, para ele, é uma figura ativa, um sujeito que caminha por entre os livros como quem atravessa diferentes tempos e espaços, reconfigurando a realidade ao seu redor. A leitura, assim, deixa de ser mero entretenimento ou hábito escolar para assumir um lugar central na constituição de mundos possíveis, individuais e coletivos.

Ao inserir nesse debate a voz singular de Carolina Maria de Jesus (2014), por meio de seu diário transformado em obra literária, destaca como a leitura e, especialmente, a escrita, operam como formas de afirmação da existência, ainda que em contextos de extrema vulnerabilidade. A autora, ao narrar o cotidiano da favela, suas dores, esperanças e contradições, transforma sua vida em testemunho. Nesse gesto, não apenas registra a própria experiência, mas reivindica reconhecimento e humanidade para si e para os seus. Seu texto é, ao mesmo tempo, denúncia social, exercício de memória e afirmação subjetiva.

Assim, o diálogo entre esses autores e o objeto literário analisado contribui para reforçar a ideia de que ler é, acima de tudo, uma forma de estar e de permanecer no mundo. A leitura emerge como prática que articula memória, identidade, imaginação e resistência, especialmente quando realizada por sujeitos historicamente marginalizados. Em um cenário contemporâneo marcado pela velocidade da informação, pela efemeridade dos discursos e pela superficialidade das relações, é fundamental que diferentes instâncias públicas reconheçam e promovam a centralidade da leitura como espaço ético, espiritual, estético e político. Ler, hoje, é também





resistir: ao apagamento, à desumanização, à indiferença e à fragmentação do pensamento. É, sobretudo, um ato de afirmação da humanidade em tempos desafiadores.

Nesse cenário, a leitura ganha tons mais fortes de gesto político, principalmente quando realizada por sujeitos silenciados ao longo da história. Ler e escrever, nos moldes como Carolina Maria de Jesus faz, são protesto e resistência contra os mecanismos de invisibilização e de exclusão social, cultural e política. Ao exercer o protagonismo com a palavra, a autora reivindica o direito de existir, de ressignificar o mundo, de acessar e de produzir literatura.

Referências

- BARTHES, Roland. **A aula**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. 2002.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. IN: Vários Escritos. São Paulo, 1988.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 11. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014. Disponível em PDF: <https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.
- MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora: o viajante, a torre e a traça**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. Tradução de José G. Couto.
- MORENO, Valfrida Emily Souza. **A literatura da vida real em “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/10613/1/A%20literatura%20da%20vida%20real%20em%20%E2%80%9Cquarto%20de%20despejo%E2%80%9D%20de%20Carolina%20Maria%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.
- SOUZA, Marcela Costa de; WELTER, Juliane Vargas. **A favela aos olhos de uma “favelada”: representação do espaço e legitimação do discurso na obra Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus**. *Garrafa*, 2020. Disponível em:



<https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/38827>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre livros e leitura**. São Paulo: Paraula, 1993. Tradução de Philippe Humblé e Walter Carlos Costa.

